

# O PAPEL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PARA O AUMENTO DO BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO POBRE NO BRASIL

Erik Alencar de Figueiredo

Brasília, outubro de 2022

## Governo Federal

### Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

# ipea

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### Presidente

Erik Alencar de Figueiredo

#### Diretor de Desenvolvimento Institucional

André Sampaio Zuvanov

#### Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flavio Lyrio Carneiro

#### Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

#### Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Junior

#### Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

João Maria de Oliveira

#### Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Herton Ellery Araújo

#### Diretor de Estudos Internacionais

Paulo de Andrade Jacinto

#### Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação (substituto)

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2022

#### EQUIPE TÉCNICA

#### Erik Alencar de Figueiredo

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

E-mail: <[erik.figueiredo@ipea.gov.br](mailto:erik.figueiredo@ipea.gov.br)>.

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/np14>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## SUMÁRIO

1 MOTIVAÇÃO .....	5
2 VISÃO GERAL SOBRE A ATIVIDADE SOCIAL DA CAIXA.....	5
3 CANAIS DE CAUSALIDADE ENTRE SERVIÇOS BANCÁRIOS E POBREZA .....	6
4 SIM DIGITAL: O PAPEL DO MICROCRÉDITO PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA .....	6
5 CONSUMO DE BENS ORIUNDOS DO SETOR INFORMAL: A IMPORTÂNCIA DO SAQUE EM DINHEIRO PARA AS FAMÍLIAS POBRES NO BRASIL .....	7
REFERÊNCIAS.....	9

## SINOPSE

- ✓ A discussão relativa à importância dos bancos para o desenvolvimento econômico e social é, por vezes, confundida com o impacto dos bancos de desenvolvimento no financiamento de ações com esses fins.
- ✓ Contudo, a literatura especializada tem apontado diversos canais pelos quais serviços financeiros são capazes de aliviar a situação das famílias pobres e lhes propiciar melhores condições de vida. São eles: o pagamento dos benefícios e a garantia de crédito seguro, poupança e investimentos que podem ser usados em educação e saúde.
- ✓ Nesse contexto, a atuação da Caixa Econômica Federal (Caixa) desde 2020 a credencia como o maior banco com atuação social do mundo. A título de exemplo, em 2020, a Caixa possibilitou que 68,2 milhões de brasileiros fossem beneficiados com um total de R\$ 297,4 bilhões repassados pelo governo federal em um período crítico de extrema vulnerabilidade econômica e social de grande parte da população.
- ✓ Em 2022, com a ampliação do Auxílio Brasil, a Caixa suportou um crescimento de 38,6% no número médio de famílias atendidas pelo programa, saindo de 14,6 milhões para 20,2 milhões de famílias (ou aproximadamente 62 milhões de pessoas) beneficiárias entre 2021 e agosto de 2022.
- ✓ Silva e Saccaro Junior (2020) encontram que o microcrédito do Programa Crescer elevou a renda dos indivíduos entre 6,3% e 10,1%. Como o público beneficiado é formado de indivíduos pertencentes ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), verifica-se que esse programa tem obtido êxito em promover um aumento nos ganhos de uma parcela da população em maiores condições de vulnerabilidade socioeconômica.
- ✓ Constata-se ainda que programas de microcrédito, como o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores (Sim Digital), possuem algumas características que os credenciam como uma política capaz de atender os seus propósitos iniciais. Entende-se que essa iniciativa pode contribuir para a retomada do emprego, a geração de renda, o aumento do poder de compra das famílias brasileiras e, por conseguinte, a redução da pobreza.
- ✓ Por fim, constata-se que 40% do consumo das famílias pobres vem do setor informal. Isso evidencia a importância da ampliação de postos de saques de dinheiro vivo pelos agentes do setor bancário da economia brasileira.

## 1 MOTIVAÇÃO

O encontro da cúpula do G-20 de 2010, realizado em Seul, Coreia do Sul, destacou a importância da agenda da inclusão financeira como elemento de combate à pobreza e a desigualdade mundiais. No ano seguinte, o Banco Mundial deu início a uma agenda de avaliação da demanda por serviços financeiros em países pobres, concluindo que a inclusão financeira funciona como um importante elemento indutor da superação da pobreza (Polloni-Silva *et al.*, 2021).

De fato, cerca de 1,7 bilhão de pessoas não possuem acesso ao sistema bancário no mundo. Na América Latina o número de pessoas excluídas do sistema bancário é estimado em 10% da sua população, o que corresponde a cerca de 100 milhões de pessoas (Carballo, 2017). Nesse ponto, é importante destacar que o acesso ao sistema bancário difere do financiamento ao desenvolvimento. Trata-se da possibilidade de pessoas em situação de pobreza possuírem contas correntes, poupança, acesso a crédito e a pontos de saques de dinheiro. Esse conjunto de opções bancárias, como demonstrado pela literatura, podem constituir importantes canais para a atenuação da pobreza. Exemplos disso são a garantia de crédito seguro, poupança e investimentos que podem ser usados em educação e saúde (Demirguc-Kunt, Klapper e Singer, 2017; Fouejieu *et al.*, 2020; Klapper, El-Zoghbi e Hess, 2016). Ademais, como uma contribuição dessa nota, o saque em dinheiro assume um papel fundamental para a população pobre, pois, como será demonstrado a seguir, o Brasil apresenta uma grande parcela de consumo oriunda do mercado informal.

As seções seguintes se ocuparão em descrever a importância do processo de ampliação do sistema bancário brasileiro para ampliação do bem-estar da população do país, especialmente dos mais pobres e vulneráveis, nos últimos anos. Nesse contexto, será destacado o papel da Caixa Econômica Federal (Caixa) não só como instrumento fundamental para o pagamento de benefícios sociais pelo governo federal. Como também a sua atuação na liderança de várias políticas com impactos expressivos sobre a população mais vulnerável. Para se ter uma ideia, em 2021, a Caixa permitiu que 14,6 milhões de famílias, cerca de 44,8 milhões de pessoas, fossem atendidas pelo Programa Auxílio Brasil com transferência de renda orçada em R\$ 34 bilhões.<sup>1</sup> Em agosto de 2022, com a ampliação do Programa, a Caixa tem atendido 20,2 milhões de famílias, cerca de 62 milhões de brasileiras e brasileiros, tornando-se possivelmente o maior banco social do mundo. Soma-se a isso sua atuação em políticas de microcrédito fundamentais para a pavimentação da rampa de saída da assistência social via inclusão produtiva.

A nota se divide em quatro partes, além dessa introdução. Na seção seguinte serão apresentados os dados relativos à cobertura da Caixa e sua relevância na ampliação recente dos programas de transferência de renda. A seção 3 discute os mecanismos com os quais o sistema bancário poderá ajudar na atenuação da pobreza. Na seção 4, aborda-se o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores (Sim Digital) apontando a capacidade da política de impulsionar a renda dos beneficiários e reduzir pobreza. A **última** seção adiciona um novo elemento na análise discutindo a questão do consumo informal e a importância de postos de saques de dinheiro vivo.

## 2 VISÃO GERAL SOBRE A ATIVIDADE SOCIAL DA CAIXA

A Caixa, instituição financeira pública criada em 1861, tem a missão de “promover o desenvolvimento sustentável do Brasil, gerando valor aos clientes e à sociedade como instituição financeira pública e agente de políticas de Estado”<sup>2</sup>. Em atenção a esta missão, a Caixa tem desenvolvido uma atividade social fundamental: a execução de políticas públicas de proteção social por meio da realização dos pagamentos dos benefícios sociais do governo federal.

Nos anos 2000, a importância da Caixa para a execução de políticas sociais está associada à implantação do programa Bolsa Família. Criado em 2004 com objetivos de combater a fome e a pobreza, esse programa de transferência de renda teve a Caixa como agente operador desde a sua concepção. Como resultado, entre janeiro de 2004 e outubro de 2021, período de existência do programa, a Caixa possibilitou que, em média, 12,2 milhões de famílias fossem atendidas mensalmente recebendo um valor médio real de R\$ 205,49.<sup>3</sup>

Com o advento da pandemia da covid-19, a Caixa ganhou ainda mais relevância à operacionalização das políticas de proteção social. Em 2020, a Caixa possibilitou que 68,2 milhões de brasileiros fossem beneficiados com um total de R\$ 297,4 bilhões repassados pelo governo federal em um período crítico de extrema vulnerabilidade econômica e social de grande parte da população.

1. Ao longo desta nota, considerou-se o tamanho médio da família brasileira de 2018 de 3,02 pessoas por família, conforme Brasil (2021).

2 Informação disponível em <https://ri.caixa.gov.br/a-companhia/missao-e-valores/>.

3 A preços de agosto de 2022 medido pelo IPCA.

Atualmente, a Caixa tem sido fundamental para a execução do Auxílio Brasil, programa que sucedeu o Bolsa Família a partir de novembro de 2021 e que pode ser considerado como um marco na ampliação do colchão de proteção social para as famílias brasileiras vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza. Com a ampliação do Auxílio Brasil, a Caixa apresentou um crescimento de 38,8% no número médio de famílias atendidas pelo programa, saindo de 14,6 milhões para 20,2 milhões de famílias (ou aproximadamente 62 milhões de pessoas) beneficiárias entre 2021 e agosto de 2022. Além disso, o valor real repassado pela Caixa aos beneficiários do programa cresceu de R\$ 28,2 bilhões em 2021, para R\$ 63,7 bilhões no período de janeiro a agosto de 2022. Isso indica que a Caixa hoje é provavelmente o maior banco social do mundo e um dos instrumentos operacionais basilares ao desenvolvimento social e econômico do Brasil na medida em que executa o principal programa governamental de combate à pobreza e fome e, consequentemente, de melhoria das condições de vida da população.

### 3 CANAIS DE CAUSALIDADE ENTRE SERVIÇOS BANCÁRIOS E POBREZA

Na seção anterior, foi destacado como a atividade social da Caixa servindo com agente operador de políticas públicas do governo federal. Esse é apenas um exemplo de como serviços bancários prestados pelo sistema financeiro podem ajudar no combate e redução da pobreza. A literatura especializada tem apontado diversos canais pelos quais serviços financeiros são capazes de aliviar a situação das famílias pobres e lhes propiciar melhores condições de vida.

Klapper, El-Zoghbi e Hess (2016) destacam que a inclusão financeira pode ser um importante instrumento de combate à pobreza na medida em que permite populações mais pobres terem acesso a serviços bancários, como depósitos, empréstimos e poupança, além de facilitar o controle das finanças pessoais. Vale ressaltar também que o aumento na oferta de serviços bancários (por exemplo, o crédito bancário) pode gerar investimentos em infraestrutura e educação, criação de pequenas empresas, aumento na oferta de serviços de saúde, e muitos outros serviços (Donou-Adonsou e Sylwester, 2016; Demirguc-Kunt, Klapper e Singer, 2017; Fouejieu *et al.*, 2020; Klapper, El-Zoghbi e Hess, 2016; Koomson, Villano e Hadley, 2020; von Fintel e Orthofer, 2020). Esses fatores permitem a geração de emprego e renda, inclusão de indivíduos pobres no mercado de trabalho e facilitar o acesso de famílias carentes a mercados via redução no custo de transporte.

Fouejieu *et al.* (2020) destacam ainda que a expansão inclusiva de serviços financeiros pode tornar as transações econômicas mais rápidas, seguras e eficientes. Por sua vez, Koomson, Villano e Hadley (2020) afirmam que a inclusão bancária pode impulsionar a demanda agregada (por exemplo, elevando o consumo e investimento agregados) e gerar efeitos positivos para a renda da economia e, em especial, a renda das famílias mais vulneráveis.

A literatura também tem ressaltado a importância que o aumento da oferta de serviços bancários tem para fornecer maior proteção aos mais pobres contra choques adversos. O acesso desse grupo social a serviços de seguro e poupança pode ajudá-los a suavizar os efeitos de choques negativos sobre salários, renda, emprego e consumo, impedindo o regresso a situações de pobreza e extrema pobreza (Fouejieu *et al.*, 2020). Por fim, faz-se mister destacar que a inclusão financeira pode ajudar famílias mais pobres alcançarem melhores condições de saúde permitindo-lhes, por exemplo, ter acesso à água tratada e saneamento básico (Klapper, El-Zoghbi e Hess, 2016).

Apesar dos vários canais pelos quais a expansão dos serviços bancários pode reduzir a pobreza, a inclusão dos mais pobres ao sistema financeiro continua sendo um desafio em razão das barreiras à entrada personificadas nos elevados custos financeiro que, muitas vezes, não podem ser evitados. É importante que as instituições financeiras elevem serviços e conveniências com baixo custo e atendimento personalizado às famílias mais carentes e vulneráveis do país. Por meio de uma maior inclusão financeira, será possível o Brasil reduzir os níveis de pobreza e desigualdade, gerar emprego e renda, e alcançar maiores níveis de desenvolvimento humano.

### 4 SIM DIGITAL: O PAPEL DO MICROCRÉDITO PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA

De acordo com o que foi visto na Seção 3, o microcrédito constitui uma das ferramentas que o sistema financeiro nacional, e a Caixa, em especial, tem para promover a superação da pobreza e desenvolvimento socioeconômico do Brasil. A política de microcrédito vem sendo utilizada como ferramenta para a inclusão produtiva e social por meio dos bancos de desenvolvimento há quase 25 anos.<sup>4</sup> Recentemente, o governo federal lançou a Medida Provisória nº 1.107/2022, que institui o Sim Digital, voltado aos empreendedores individuais sem acesso aos instrumentos de crédito

4. Para um histórico, ver Souza (2014).

presentes no mercado financeiro. Nesse sentido, há uma clara estratégia de incentivar o fortalecimento dos pequenos negócios e/ou a inclusão produtiva de uma parcela expressiva da população que se encontra fora dos programas sociais e do mercado de trabalho formal. Estimativas do Ministério da Economia indicam que o programa Sim Digital deve beneficiar cerca de 18 milhões de empreendedores que, normalmente, não têm acesso ao crédito por não possuírem garantias para os empréstimos.

Para a implementação do Sim Digital, o Fundo Garantidor de Microfinanças (FGM), administrado pela Caixa, recebeu aporte de R\$ 3 bilhões de Reais do FGTS para mitigar os riscos das operações de microcrédito, concedidas pelas instituições financeiras ao público-alvo. Em adição, no dia 28 de março do corrente ano, a Caixa passou a receber os pedidos de contratação do microcrédito Sim Digital para pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEI), inclusive para negativados. No caso de pessoa física, a Caixa passou a ofertar crédito variando entre R\$ 300 a R\$ 1 mil. Além disso, destaca-se a facilidade de obter o empréstimo de forma rápida e menos burocrática por meio do aplicativo Caixa Tem. Já para o grupo de MEI (com faturamento anual de até R\$ 81 mil), a Caixa passou a oferecer possibilidade de contratação de empréstimos de R\$ 1,5 mil a R\$ 3 mil.

Não obstante programas de microcrédito tal como o Sim Digital sejam idealmente capazes de contribuir para a retomada do emprego, geração de renda, aumento do poder de compra das famílias brasileiras e redução da pobreza, uma importante questão é se esses tipos de programas são capazes de atender seus objetivos, promovendo o fortalecimento dos pequenos negócios e a inclusão produtiva dos pequenos empreendedores. Nesse contexto, Silva e Saccaro Junior (2020) desenvolvem uma avaliação detalhada sobre os impactos dos programas de microcrédito, utilizando os dados do programa Crescer. Essa avaliação ganha relevância por conta do público beneficiado – indivíduos pertencentes ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único). O objetivo principal do estudo era demonstrar como as iniciativas de microcrédito podem auxiliar na superação da pobreza. Usando um conjunto de dados extenso e uma série de técnicas econométricas, os autores apontam para a efetividade do programa. Em particular, observou-se que:

o microcrédito do programa Crescer elevou a renda dos indivíduos entre 6,3% e 10,1%. Dado que a amostra consiste apenas em pessoas que estão no Cadastro Único, percebe-se que esse programa promove um aumento nos ganhos de uma parcela da população em maiores condições de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, a avaliação do retorno econômico do programa mostrou, que em média, os retornos foram positivos e elevados para os indivíduos pertencentes ao Cadastro Único. Isto indica que os benefícios do programa em termos de elevação da renda dos indivíduos foram bem superiores aos custos em termos de subsídios de juros nos empréstimos (Silva e Saccaro Junior, 2020, p. 26).

Na publicação *Palavra do Presidente*, Figueiredo (2022) também realiza uma avaliação do programa de microcrédito “Crescer”. Diferentemente de Silva e Saccaro Junior (2020), esse autor utiliza uma estratégia empírica que une o modelo de seleção amostral com o modelo de variáveis instrumentais. Os resultados obtidos permitem concluir que a política de microcrédito pode ser efetiva para grupos específicos. Por exemplo, os informais fora dos programas sociais, denominados “invisíveis”, em especial os que possuem alguma atividade de empreendimento, podem se beneficiar de um programa de crédito. De acordo com Figueiredo (2022), esse público corresponde a 12% do público do Cadastro Único, com a maioria composta por mulheres com mais de 40 anos e pertencentes a uma família com três membros. Isso indica que uma boa focalização do programa de microcrédito pode reduzir a pressão sobre a pobreza e sobre os programas sociais.

Em suma, os resultados descritos sugerem que o programa Sim Digital possui algumas características que o credenciam como uma política capaz de atender os seus propósitos iniciais. Para o governo federal e instituições financeiras envolvidas (tal como a Caixa), é importante reforçar a necessidade de focalização nos beneficiários com alguma atividade pregressa. Em adição, recomenda-se, fortemente, o processo de capacitação e, posterior formalização, evitando o investimento em processos obsoletos e ineficientes. Ao atender esses pontos, o programa de microcrédito pode superar as críticas elencadas pela literatura especializada e ser capaz de promovendo o desenvolvimento socioeconômico por meio do fortalecimento dos pequenos negócios, inclusão produtiva dos pequenos empreendedores, geração de emprego e renda, e redução da pobreza no país.

## 5 CONSUMO DE BENS ORIUNDOS DO SETOR INFORMAL: A IMPORTÂNCIA DO SAQUE EM DINHEIRO PARA AS FAMÍLIAS POBRES NO BRASIL

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008/2009 coleta informações sobre as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias. Também são disponibilizadas informações associadas à estrutura orçamentária, as características dos domicílios e das famílias. Em particular, a POF 2008/2009 informa o local de venda dos produtos. Ou seja, não só informa o produto consumido, mas onde ele foi comprado.

Essa informação adicional permite à identificação do consumo informal, a partir da estratégia desenvolvida por Bachas, Gadenne e Jensen (2020).

Esses autores tomam como base a origem do vendedor do produto, classificando o consumo em sete categorias: i) oriundo de atividades domésticas (não produzidos no mercado); ii) de mercados e feiras ao ar livre (vendedores de rua, etc); iii) lojas de conveniência e pequenos mercados; iv) lojas especializadas (roupas e acessórios); v) grandes lojas (supermercados e lojas de departamento; vi) serviços fornecidos por instituições como bancos e hospitais; e vii) serviços ofertados por indivíduos.

Essa classificação consegue cobrir 86% do gasto total das famílias. O mecanismo de alocação dos sete setores nas categorias formal e informal assume que os empreendimentos maiores tendem a apresentar uma maior probabilidade de serem formais. Bachas, Gadenne e Jensen (2020) apresentam evidências de correlação positiva entre formalidade e tamanho do estabelecimento. De imediato, as categorias (i), (ii) e (iii) são classificadas como informais; e (iv) e (v), como formais. O serviço (vi) será classificado como formal e o (vii) como informal. Essa categorização é sujeita a testes de robustez envolvendo três alocações alternativas.<sup>5</sup>

Diante disso, é possível calcular a curva de Engel para o consumo de bens oriundos do setor informal (*informality Engel curve* – IEC), que relaciona a parcela do consumo de bens informais no consumo total do domicílio frente ao gasto total do domicílio. Seguindo a literatura especializada, em especial, Deaton (1997) e Deaton and Paxson (1998), será estimada a relação *log*-linear:

$$CI_i = \alpha_0 + \alpha_1 \times \log(gasto_i) + \Gamma X_i + u_i \quad (1)$$

em que  $CI_i$  representa o percentual do consumo de bens oriundos do setor informal na família  $i$  (por simplicidade, de agora em diante essa expressão será denominada de “consumo informal”);  $gasto_i$  é o gasto da família  $i$ ; e  $X_i$  é uma matriz de variáveis de controle associadas à família.

Usando os dados descritos na seção 2, chega-se à relação entre consumo informal e gasto estabelecida na tabela 1. São apresentadas duas estimativas. A coluna (1) considera apenas a relação bivariada, sem controles; e a (2) controla pelas características familiares. Ambas as estimativas apontam para uma relação negativa entre o consumo informal e o gasto da família. Em resumo, observa-se que, para cada 10% de aumento no gasto, há uma redução no *share* do consumo informal em cerca de 8%.

**TABELA 1**  
**Relação de Engel para o consumo informal**

	(1)	(2)
Coefficiente de inclinação	-7,60*	-7,98*
Desvio-padrão	(0.15)	(0.17)
Especificação	Sem controles	Características familiares

Elaboração do autor.

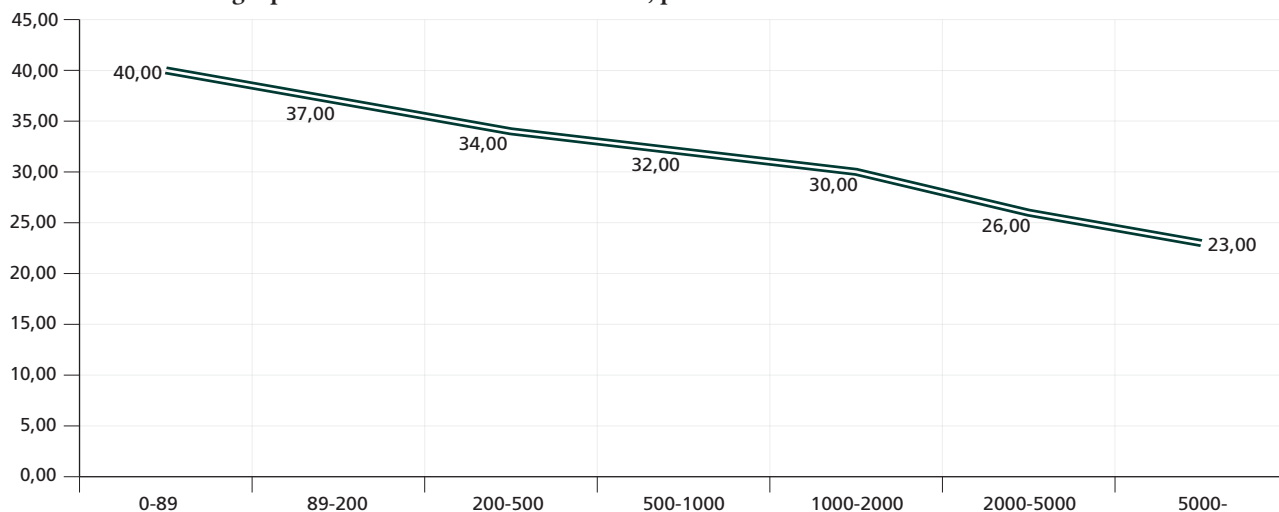
Obs.: \* denota significância a 1%.

Uma representação gráfica da curva de Engel para o consumo informal (regressão contida na coluna 1) é sintetizada no gráfico 1. Os valores estão próximos aos obtidos em Bachas, Gadenne e Jensen (2020, p. 50). Observa-se que, para a primeira faixa de renda, isto é, famílias com renda *per capita* até R\$ 89,00, cerca de 40% do seu consumo é oriundo do setor informal. Para a faixa superior, o consumo informal cai para cerca de 23%.



FIGURA 1

Curva de Engel para o consumo informal no Brasil, por faixa de renda



Elaboração do autor.

A identificação da parcela de consumo do setor informal, em particular, para os mais pobres evidencia a importância da ampliação de postos de saques de dinheiro vivo pelos agentes do setor bancário da economia brasileira. Essa ampliação é fundamental para reduzir os custos transacionais para as famílias mais carentes, bem como para tornar as transações econômicas mais rápidas e eficientes.

## REFERÊNCIAS

- BACHAS, P.; GADENNE, L.; JENSEN, A. **Informality, consumption taxes, and redistribution**. NBER, 2020. (Working Paper, n. 27429).
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Fatos e números: famílias e filhos no Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional da Família, 2021.
- CARBALLO, I. E. Financial inclusion in Latin America. In: FARAZMAND, A. (Ed.). **Global encyclopedia of public administration, public policy, and governance**. Cham: Springer International Publishing, 2017.
- DEMIRGUC-KUNT, A.; KLAPPER, L.; SINGER, D. **Financial inclusion and inclusive growth: a review of recent empirical evidence**. World Bank, 2017. (Policy Research Working Papers, n. 8040).
- DONOU-ADONSOU, F.; SYLWESTER, K. Financial development and poverty reduction in developing countries: new evidence from banks and microfinance institutions. **Review of Development Finance**, v. 6, n. 1, 2016.
- FIGUEIREDO, E. A. de. A política de microcrédito como ferramenta para o fortalecimento dos pequenos negócios e a inclusão produtiva dos pequenos empreendedores. **Palavra do Presidente**, 24 mar. 2022.
- FOUEJIEU, A. *et al.* Financial inclusion and inequality: a cross-country analysis. **The Journal of International Trade & Economic Development**, v. 29, n. 8, 2020.
- KLAPPER, L.; EL-ZOGHBI, M.; HESS, J. Achieving the sustainable development goals: the role of financial inclusion. **CGAP Research & Analysis Publication**, Apr. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3gfIOYb>>.
- KOOMSON, I.; VILLANO, R. A.; HADLEY, D. Effect of financial inclusion on poverty and vulnerability to poverty: evidence using a multidimensional measure of financial inclusion. **Social Indicators Research**, v. 149, 2020.
- POLLONI-SILVA, E. *et al.* Does financial inclusion diminish poverty and inequality? A panel data analysis for Latin American countries. **Social Indicators Research**, v. 158, 2021.
- SILVA, J.; SACCARO JUNIOR, N. **Os efeitos do microcrédito do Programa Crescer na renda dos indivíduos: o período 2010-2019**. Brasília: Ipea, 2020. (Relatório de pesquisa).
- SOUZA, N. Atuação de um banco de desenvolvimento para a superação da pobreza: o exemplo do Banco do Nordeste do Brasil. In: CAMPELO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. (Org.). **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.
- VON FINTEL, D.; ORTHOFER, A. Wealth inequality and financial inclusion: evidence from South African tax and survey records. **Economic Modelling**, v. 91, 2020.

## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Chefe do Editorial**

Aeromilson Trajano de Mesquita

#### **Assistentes da Chefia**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

#### **Supervisão**

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

#### **Revisão**

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Brena Rolim Peixoto da Silva (estagiária)

Nayane Santos Rodrigues (estagiária)

#### **Editoração**

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danielle de Oliveira Ayres

Danilo Leite de Macedo Tavares

Leonardo Hideki Higa

#### **Capa**

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*

#### **Ipea – Brasília**

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

## **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

